

18 NOV 1986

A construção do Brasil moderno

Sérgio F. Quintella

A adoção do Plano Cruzado (desindexação, desdolarização e congelamento de preços) provocou profundas mudanças na sociedade brasileira. Todas importantes, muitas positivas e inúmeras exigindo ajustes imediatos, inclusive pela extensão e consequência sobre o futuro da economia. Não parece haver discordância quanto ao mérito e à oportunidade do plano. Basta lembrar que vivíamos em regime de inflação alta (e em alta), com riscos de confrontação social nas demandas trabalhistas (caminhava-se para reajustes trimestrais e em seguida mensais nos salários); a especulação financeira, especialmente com os títulos do governo, fazia fortunas em prazos curtos, fruto ora da melhor "formação técnica" ora da "boa informação" (nem sempre apenas técnica...). O país ansiava por medidas fortes e corajosas e elas vieram com o endosso e a aprovação generalizadas.

Passados quase nove meses da reforma monetária, faz-se necessário, de forma realista, proceder a indispensáveis reajustes e aprimoramentos. Inclusive para garantir o êxito do plano. Eliminada a componente da realimentação inflacionária via correção monetária, ampliada a massa salarial através do reaquecimento da economia, dos aumentos salariais reais e da relativa estabilidade dos preços (transportes, aluguéis, energia, alimentos básicos), é forçoso admitir que a implantação do cruzado ocorreu sem o indispensável equilíbrio dos preços relativos, penalizando, severamente, alguns setores produtivos, incapazes em consequência de gerar lucros que viabilizem o aumento da oferta através de investimentos. Embora algumas correções tenham sido feitas, elas ocorreram via redução de impostos (leite, carne, cigarros), aumentando a margem de comercialização, à custa do crescimento do déficit público. Também as empresas públicas do setor elétrico, siderúrgico e de comunicações estão com as suas tarifas e preços substancialmente abaixo dos patamares mínimos de rentabilidade, podendo comprometer, até mesmo, o fluxo de recursos externos já negociados com as organizações multilaterais (Banco Mundial e Banco Interamericano). Resta, para essas, pressionando o orçamento, recursos de Tesouro e/ou financiamentos do BNDES. E o setor privado? Embora a maioria das empresas tenha aumentado, em muito, a oferta de bens e serviços, poucas iniciaram, efetivamente, programas de expansão e estão com a sua capacidade de produção no limite (a exceção é a indústria de bens de capital sob encomenda). As multinacionais instaladas no Brasil queixam-se de baixa rentabilidade, de riscos políticos que antevêm na futura Assembleia Constituinte, de incertezas na política industrial (especialmente de novas reservas de mercado para os setores de química fina e biotecnologia) e de práticas intervencionistas que identificam na Secretaria de Informá-

tica (SEI) e no Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI).

Não obstante, estamos, a meu ver, no limiar de um novo impulso desenvolvimentista, de características muito diversas daquelas vividas no final da década de 50 e durante os anos 70. Tendo construído uma moderna e integrada base industrial, ampliadas as fronteiras agrícolas e apoiada em investimentos estratégicos de infra-estrutura, a sociedade reclama agora (com razão) prioridade para as correções dos desajustes regionais e pessoais de renda. E isto somente pode ser conseguido com um processo contínuo e forte de desenvolvimento econômico. Uma política redistributiva efetiva pressupõe, para sua viabilidade, a ampliação do mercado interno, a mobilização da poupança nacional e a reconquista do investimento externo. O Plano Cruzado, ao menos na fase inicial, atendeu ao primeiro requisito e não encontrou resposta para os outros dois. A contínua queda dos níveis de poupança registrados desde 1981 (quando iniciou-se o período recessivo agudo) continuou em seguida, pela excitação do consumo e o desinteresse pelas formas tradicionais de poupança a nível pessoal.

O Brasil já demonstrou, mais de uma vez, a extraordinária capacidade de gerar poupanças internas e a nítida vocação como importador líquido de capitais. Da implantação da indústria automobilística nos idos de 55 ao modelo tripartite da petroquímica em 75, passamos por importantes e bem-sucedidos exemplos de crescimento e afirmação das empresas nacionais na engenharia, na mineração e metalurgia, nos serviços financeiros, no petróleo e, mais recentemente, na agricultura. Cabe ao Governo a tarefa de balizar o caminho para que isto volte a ocorrer. Para tal deve proceder a profunda reforma administrativa, evitando que os excedentes sejam consumidos na máquina governamental ineficiente e perdulária; reajustar os preços e as tarifas que se encontrem defasados, voltando as empresas (públicas e privadas) a níveis de rentabilidade compatíveis com os projetos de expansão; instituir mecanismos que incentivem a poupança voluntária e, adicionalmente, se necessário, voltar à prática da poupança compulsória. Finalmente, oferecer ao capital estrangeiro de risco — após a indispensável proteção e preferência ao nacional — os estímulos e garantias explícitas que ele diz carecer, cessando a preocupante e crescente expatriação de capitais.

No novo e iminente surto de desenvolvimento nacional — tolhido no momento por indefinições institucionais e pela ausência de adequado nível de poupança — é fundamental criar mecanismos de canalização e direcionamento de recursos para o setor privado nacional. Não fazê-lo significaria o risco de ampliar o capitalismo do Estado, incapaz de gerar os excedentes que viabilizam os programas de resgate da dívida social acumulada. A construção do Brasil moderno se fará com menos Governo e mais Estado. Ou não se fará.

Sérgio F. Quintella, empresário, é membro do Conselho Monetário Nacional